

Resenha do Livro About Oneself: De Se Thought and Communication

GARCÍA-CARPINTEIRO, Manuel; Torre, Stephan.(Ed.) *About Oneself: De Se Thought and Communication*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

About Oneself: De Se Thought and Communication contém uma seleção de onze artigos feita por Manuel García-Carpintero e Stephan Torre sobre um tópico que é ao mesmo tempo velho e muito atual em filosofia: o “eu” e pensamentos sobre si mesmo. Em nossos dias, questões envolvendo a primeira pessoa encontraram um terreno fértil na tradição analítica, embora já tivessem sido abordadas por autores clássicos, principalmente do início da modernidade, como Montaigne, Descartes, Hume e, mais recentemente, Kant (para citar apenas quatro dos nomes mais importantes). Atualmente, o epicentro das discussões se encontra na interseção entre a filosofia da linguagem e da mente, e é comum falar de “pensamentos *de se*” para se referir ao tipo especial de pensamento que um sujeito pode ter sobre si mesmo. Argumenta-se que pensamentos *de se* carregam um nível de informação ou um tipo de conteúdo que não é reduzível ao de pensamentos de qualquer outro tipo.

A própria expressão “pensamentos *de se*” (ou também “atitudes *de se*”) foi introduzida no vocabulário filosófico em oposição a “*de dicto*” e “*de re*”, também utilizadas para se referir a tipos específicos de pensamentos ou de *atitudes* que sujeitos podem ter para pensamentos. O exemplo mais comum desse tipo de atitude é a crença. Frege defendeu que atitudes como a crença devem ser entendidas como relações entre sujeitos e pensamentos. Por exemplo, em “John acredita que *p*”, *p* pode ser substituído pela representação de um pensamento, como “a estrela matutina é Vênus”. Em geral, pensamentos fregeanos tradicionais são entendidos como entidades puramente conceituais, não envolvendo objetos diretamente, mas apenas *maneiras de apresentá-los*. Assim entendidos, considera-se que são pensamentos descritivos, ou *de dicto*—daquilo que é *dito* (a respeito do objeto em questão).

* Doutorando em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Em textos influentes como “Frege on Demonstratives”, de 1977, e especialmente “The Problem of the Essential Indexical”, de 1979, John Perry argumenta que pelo menos em alguns casos, pensamentos devem ser entendidos como envolvendo o objeto referido de maneira direta – o próprio objeto, *ares*, deve ser considerado como constituinte do pensamento. É o caso de pensamentos indexicais e demonstrativos. Para Perry, o significado de termos indexicais nos fornece um tipo de regra que nos leva de uma ocasião de fala a um objeto (o referente do termo). Pensamentos que são individualizados a partir de objetos dessa maneira podem ser chamados de pensamentos *de re*. É normal considerar que atitudes como a crença teriam como conteúdo pensamentos *de dicto* ou *de re*.

Mas em seu artigo de 1979, Perry argumenta ainda a favor do estatuto epistêmico especial que teria outro tipo de atitude – as atitudes *de se*, caracterizadas por pensamentos “localizadores”. Seu exemplo mais célebre é o do sujeito em um supermercado que vê que alguém está deixando um rastro de açúcar pelo chão. Ele tenta alcançar o comprador que está fazendo a bagunça para avisá-lo sobre o saco de açúcar rasgado. Mas apenas depois de algumas voltas em uma prateleira sem conseguir encontrar o comprador bagunceiro, o sujeito percebe que ele próprio era a pessoa que ele queria alcançar, e tem um pensamento *de se* – representado, por exemplo, por “*Eu* estou fazendo uma bagunça”. Ele tem um pensamento propriamente *de se* ao invés de outros tipos de pensamento que ele poderia ter tido sobre si mesmo, como “O comprador com o saco de açúcar rasgado está fazendo uma bagunça” (*de dicto*) ou mesmo “Ele está fazendo uma bagunça” (*de re*). Só depois dessa mudança, o comprador se abaixa para arrumar o saco de açúcar rasgado.

A existência de tais pensamentos imporia um problema a teorias tradicionais como a de Frege (para as quais atitudes são relações binárias entre sujeitos e pensamentos), pois o pensamento auto-localizador do tipo que o comprador teve e que o motivou a agir não pode ser reduzido a nenhum outro tipo de pensamento sem que se perca o elemento que explica porque a ação foi desencadeada. A ação é explicada pela forma de pensar em si mesmo típica da primeira pessoa, e só dela. Pensamentos *de dicto* ou *de re* (como nos exemplos dados) não são capazes de fornecer uma explicação para o comportamento sem que tenhamos que apelar para uma identidade entre eles e uma nova expressão em que o pronome “eu” aparece.

Para explicar a peculiaridade, Perry apela para uma distinção entre *estados de crença* e *conteúdos de estado de crença*. No exemplo, o comprador teria acreditado no mesmo conteúdo (no mesmo pensamento *de re*) em dois estados de crença diferentes. David Lewis também ajudou a popularizar a expressão

“*de se*” em outro artigo de 1979, “Attitudes *De Dicto* and *De Se*”. Nele, Lewis se utiliza de exemplos muito similares aos de Perry para mostrar o mesmo ponto: o caráter especial desse tipo de pensamento, que não pode ser explicado por nenhum tipo de pensamento tradicional. Sua solução, no entanto, é completamente outra: ele propõe que abandonemos pensamentos como objetos de atitudes para substituí-los por auto-atribuições de propriedades e mundos possíveis centralizados no sujeito.

A discussão incentivada pelos trabalhos de Perry e Lewis permeia todo o livro editado por García-Carpintero e Torre. Stephan Torre inicia a coletânea com uma excelente introdução na qual ele nos lembra alguns exemplos de pensamentos *de se* na literatura (filosófica e não filosófica), introduz o tema geral da coletânea (discutindo as três principais vertentes teóricas para lidar com pensamentos sobre si mesmo: as teorias de Frege, de Perry e de Lewis), e faz um breve resumo dos artigos reunidos. Depois da introdução de Torre, os editores dividiram o volume em duas grandes partes, cada uma das quais deveria cobrir uma grande área de problemas relacionados aos pensamentos sobre si mesmo.

A primeira dessas áreas diz respeito a própria natureza dos pensamentos *de se*, e ao tipo de informação aparentemente especial que os caracteriza. O tipo de pergunta que se faz aqui é: teria esse tipo de informação realmente um caráter especial? Como explicá-lo, quais são suas características e as consequências de sua existência?

É principalmente nesta parte que também encontramos reações a um tipo de posição cética em relação ao fenômeno *de se* e, de forma mais geral, a existência de um real interesse filosófico no estudo da indexicalidade. Tal posição foi defendida, por exemplo, por Herman Cappelen e Josh Dever em seu polêmico livro *The Inessential Indexical: On the Philosophical Insignificance of Perspective and the First Person*, publicado em 2013. Já no início de sua introdução (p. 3-4), Torre nos dá pistas do tipo de argumento que encontramos no livro contra esse tipo de ceticismo (argumentos similares são elaborados também por Dilip Ninan, no terceiro artigo da coletânea). De acordo com uma das críticas de céticos como Cappelen e Dever, pensamentos *de se* não são essenciais para explicar o comportamento, diferente do que defende Perry, por exemplo.

Em outro famoso exemplo de Perry, desta vez apresentado em “Frege on Demonstratives”, Perry e seu amigo estão em uma floresta e Perry está prestes a ser atacado por um urso, enquanto seu amigo observa de longe. Nessa situação, suas ações serão diferentes: quando Perry pensar “Um urso está prestes a *me* atacar”, sua reação será de se encolher no chão e permanecer o mais quieto possível. Ao perceber o que está acontecendo, seu amigo apreenderá o

mesmo pensamento *de re* (algo como “Um urso está prestes a atacar John Perry”), mas o fará de uma forma diferente, que o levará a correr para pedir ajuda. Sozinho, tal pensamento não é suficiente para explicar a diferença nas ações dos dois amigos. Perry só se encolhe no chão e tenta permanecer parado por apreender esse pensamento na perspectiva da primeira pessoa, enquanto um pensamento *de se*. Seu amigo apreende outro pensamento *de se*, algo do tipo “Um urso está prestes a atacar *aquela pessoa* com quem eu estou fazendo uma trilha”, e isso, por sua vez, explica o *seu* comportamento de correr e procurar ajuda. A propósito, vemos aqui que há um sentido de “pensamento *de se*” que não se aplica unicamente a pensamentos na primeira pessoa.

Cappelen e Dever defendem que podemos criar um modelo completo de racionalização de ações (como as executadas por Perry e seu amigo) sem recorrer em momento algum a pensamentos indexicais. Para eles, a diferença no comportamento dos dois amigos pode ser explicada apenas pelo tipo de ação que estava disponível a cada um. Torre, por outro lado, acredita que a mera disponibilidade de ações não é suficiente, pois haveria uma distinção não apenas em tal disponibilidade, mas também na *crença* que cada sujeito tem sobre as ações que lhe são disponíveis. Mesmo que houvesse mais ações disponíveis aos dois para resolver a situação na qual se encontram, seria preciso que em algum nível eles estivessem conscientes delas (tendo pensamentos *de se* sobre elas) a fim de exercê-las.

A primeira parte do volume, na qual se concentram as questões mais básicas relacionadas aos pensamentos *de se*, é intitulada “Foundation AL Issues in *De Se Thought*” e é composta por quatro artigos. Nela encontramos contribuições de Aidan Mc Glynn, Kathrin Glüer, Dilip Ninan e Robert Stalnaker.

A segunda grande área de problemas relacionados aos pensamentos *de se* na qual é dividida a coletânea se atém principalmente a questão da possibilidade de *comunicação* desse tipo de pensamento. Questiona-se se o que é específico aos pensamentos *de se* pode ser realmente comunicado. Em um trecho muito discutido de “O Pensamento”, de 1918, Frege argumentou que pensamentos em primeira pessoa são em última instância incomunicáveis, pois o modo em que um sujeito é apresentado a si mesmo seria especial e “originário”. Segundo Frege, quando eu comunico os meus pensamentos sobre mim mesmo, eu comunico *outro* modo de apresentação de mim mesmo que seja apreensível pelo ouvinte (como “aquele que está falando”, por exemplo). Se o modo de apresentação típico da primeira pessoa é realmente acessível apenas para o próprio sujeito do pensamento, e esse tipo de informação caracteriza os pensamentos *de se*, talvez haja um problema no que diz respeito a comunicabilidade deles.

O problema fica especialmente claro quando consideramos a impossibilidade de explicarmos como os pensamentos *de se*, se encaixariam no modelo mais amplamente aceito de comunicação. Na verdade, podemos dizer que os pensamentos em primeira pessoa nos mostram que a explicação mais comum de como a comunicação ocorre é simples demais (p. 11-13). Recanati chama essa explicação de “concepção ingênua da comunicação” (p. 149), Dirk Kindermann a chama de “modelo de transferência” (p. 309), mas ela tem várias outras apelações (p. 13, nota 32). Basicamente, de acordo com esse modelo, comunicação ocorre quando o falante simplesmente transfere o conteúdo de sua atitude para o ouvinte. Esta é, como o próprio Kindermann coloca, uma explicação simples e elegante da comunicação, mas a comunicação de pensamentos *de se* não parece acontecer dessa forma. No caso de pensamentos sobre si mesmo, não parece haver um único conteúdo que seja ao mesmo tempo o conteúdo da atitude original do falante e o conteúdo entendido pelo ouvinte.

A segunda parte do livro, que gira em torno do problema da comunicabilidade dos pensamentos *de se*, é bem mais extensa que a primeira. Intitulada “*De se Thought and Communication*”, ela conta com sete artigos. Há uma contribuição do próprio editor, Manuel García-Carpintero, e encontramos também a participação de François Recanati, Isidora Stojanovic, Emar Maier, Clas Weber, Peter Pagin e Dirk Kindermann.

Faço aqui um breve resumo de cada contribuição da coletânea separadamente, tanto da primeira quanto da segunda parte, na ordem em que elas aparecem.

“Immunity to Error Through Mis identification and the Epistemology of *De Se Thought*”, de Aidan Mc Glynn, inicia a primeira parte do volume lidando com o fenômeno da *imunidade ao erro por má-identificação*, que seria característico dos pensamentos *de se* (ou pelo menos de alguns deles, embora ele argumente que outros tipos de pensamento também possuem essa imunidade). Como Mc Glynn explica (p. 25), há duas formas em que podemos estar errados ao apreendermos um pensamento do tipo “*a é F*”. Podemos errar na atribuição do predicado *F*, se na verdade *a* não for *F*. Mas podemos estar corretos ao pensar que algo é *F* e errados ao pensar que *a* é o objeto que é *F*, ao invés de outro objeto *b*, por exemplo. Um pensamento é imune ao erro por má-identificação quando não é possível cometer o segundo tipo de erro. Seria o caso de pensamentos sobre si mesmo em que há atribuição de predicados mentais, por exemplo. Uma questão recorrente no texto de McGlynn é a distinção entre pensamentos imunes ao erro por má-identificação de maneira contingente, que têm uma imunidade “*de facto*”, e pensamentos que são sempre imunes (como as auto-atribuições de predicados mentais), que têm uma

imunidade “lógica”. McGlynn faz uma análise crítica de várias teorias que tentam explicar e justificar essa distinção e a própria imunidade em questão – para ele, nenhuma é completamente bem-sucedida, e nenhuma é capaz de estabelecer conclusivamente que a imunidade discutida é uma característica epistêmica própria dos pensamentos *de se*. No final, ele oferece uma sugestão positiva própria, ameniza a noção de imunidade ao erro por má-identificação, e propõe que a repensemos em termos de uma “segurança contra erro suficientemente iterada”, recorrendo a noção de mundos possíveis. Vista dessa forma, a imunidade contingente passa a ser a regra, e a imunidade lógica passa a ser um caso especial.

A ligação entre os pensamentos *de se* e a percepção é abordada por Kathrin Glüer em “Constancy in Variation: An Argument for Centering the Contents of Experience?”. Glüer analisa a idéia de que alguns fenômenos da percepção possuíam um componente essencialmente ligado a primeira pessoa. Em particular, ela faz uma análise do ela chama de “consistência na variação”. Esse fenômeno corresponde, *grosso modo*, a capacidade de perceber variações nas formas dos objetos (ao enxergar um prato como circular, oval ou achatado, dependendo da perspectiva, por exemplo) e mesmo assim abstrair delas, vendo os objetos em suas formas e cores comuns (p. 56-59). Glüer questiona se tal fenômeno nos forneceria razões para defender a existência de experiências centralizadas (no sujeito). Ela conclui que ele *não* fornece. Ao contrário, uma teoria não-centralizada da percepção seria mais bem-sucedida ao explicar o fenômeno em questão (p. 85).

O artigo de Dilip Ninan, “What is the Problem of *De Se* Attitudes?”, pode ser encarado como uma longa resposta ao ceticismo defendido por Cappelen e Dever. Contra estes dois autores, Ninan defende que atitudes *de se* realmente impõem um problema filosófico genuíno. Ninan segue autores como Perry ao defender que atitudes *de se* mostram que um único tipo de objeto não é capaz de, ao mesmo tempo, nos ajudar a tanto explicar o comportamento quanto a caracterizar relações cognitivas entre pessoas (tais como a relação de concordância). O autor termina com uma discussão de diversas teorias disponíveis para lidar com esse tipo de problema.

Em “Modeling a Perspective on the World”, Robert Stalnaker faz alusões a trabalhos anteriores, ao mesmo tempo em que responde mais uma crítica feita pelos céticos em relação ao *de se*. Para os céticos, casos nos quais fica evidente que há uma diferença entre uma crença *de se* e uma crença de outro tipo não passam de instâncias do famoso enigma de Frege de termos co-referenciais. Nesse tipo de enigma, um sujeito conhece determinado objeto

de duas formas diferentes sem se dar conta disso: como “a estrela matutina” e “a estrela vespertina”. Stalnaker concorda com os cétricos nesse ponto, mas argumenta que isso não é motivo suficiente para dizer, como eles o fazem, que *não* existe um problema especial relacionado a pensamentos *de se*. Não explicar esse tipo de pensamento implica que a representação que temos de nossos estados cognitivos estará incompleta, sem a perspectiva do agente sobre o mundo. Para, além disso, o autor argumenta que o caráter especial de atitudes *de se* não implica que exista um conteúdo propriamente auto-localizador (p. 122). Stalnaker também responde a críticas feitas por Clas Weber a uma tese sua, chamada de “proposicionalidade”. De acordo com ela, ignorância *de se* é sempre ignorância sobre o mundo no qual o indivíduo ignorante habita. O principal objetivo de Stalnaker em seu artigo é elaborar e argumentar a favor de tal tese, defendendo-a de críticas. Em especial, ele refuta uma interpretação de Weber que atribui a proposicionalidade a ideia de que crenças auto-localizadoras são relações binárias entre sujeitos e proposições singulares. Para Stalnaker, nem mesmo *todos* os pensamentos que um sujeito tem sobre si mesmo são singulares (p. 131).

François Recanati inicia a segunda parte da coletânea com “Indexical Thought: The Communication Problem”, recorrendo a sua metáfora dos arquivos mentais para explicar a comunicação de pensamentos *de se*. Recanati rejeita o que ele chama de “concepção ingênua da comunicação”, já mencionada. Para o autor, podemos dizer que há pelo menos dois tipos de modo de apresentação, um linguístico e um psicológico – este último equivaleria a um arquivo mental. O “arquivo-self” é o arquivo em que um sujeito armazena todo tipo de informação sobre si mesmo, inclusive a informação de “ser um falante” em situações de comunicação. Para Recanati quando ele comunica um pensamento *de se*, o que é comunicado corresponde a uma informação específica no arquivo mental: “ser o falante”. O ouvinte também tem um arquivo mental sobre o falante, e a informação comunicada corresponderá a uma informação armazenada no próprio arquivo mental deste. Os arquivos são diferentes (os modos de apresentação são diferentes), mas são coordenados pelo mesmo modo linguístico de apresentação (p. 154).

Em “Token-Reflexive Presuppositions and the *De Se*”, García-Carpintero tenta explicar o caso dos pensamentos *de se* a partir da perspectiva de Perry. Ele analisa possíveis interpretações da distinção proposta por Perry entre conteúdos e estados de crença. No final, García-Carpintero defende uma interpretação de estados de crença que os vê como possuindo conteúdos que refletem suas próprias ocorrências.

Em “Speaking About Oneself”, Isidora Stojanovic argumenta que a comunicação na primeira pessoa impõe um problema para o que ela considera como a visão padrão inspirada em Kaplan sobre *o que é dito* (*what is said*) em enunciados. Stojanovic defende casos em que um sujeito diz algo sobre si mesmo e seu interlocutor diz *a mesma coisa* são melhor explicados pela sua própria teoria a respeito do que é dito.

Em “Why My I Is Your You: On the Communication of *De Se* Attitudes”, Emar Maier apela para a Teoria da Representação do Discurso (Discourse Representation Theory) para explicar a comunicação de pensamentos *de se*.

Em “Being at the Centre: Self-location in Thought and Language”, Clas Weber defende uma visão do conteúdo de atitudes proposicionais que é *centralizado* no sujeito. Vimos antes que pensamentos *de se* podem ser entendidos como pensamentos auto-localizadores para o sujeito pensante. De acordo com um tipo de teoria bastante popular que foi influenciada por Lewis, ter uma crença *de se* é acreditar em um conteúdo que identifica um mundo possível centralizado no sujeito que tem determinada propriedade. Tal conteúdo poderia ser representado com uma ênupla de um mundo possível, um tempo e um sujeito: $\langle m, t, x \rangle$; $x \in F$ em m em t . Quando eu tento comunicar um pensamento assim centralizado, para que meu interlocutor me compreenda, parece estranho dizer que ele acreditará no mesmíssimo conteúdo, já que tal conteúdo identifica a *mim*, e não a ele. Weber argumenta que, ainda assim, uma teoria que defenda conteúdos centralizados explica melhor nossas crenças e o que dizemos a outras pessoas.

“*De Se* Communication: Centered or Uncentered?”, de Peter Pagin, continua a discussão sobre conteúdos de atitudes proposicionais centralizados. Pagin analisa diversas formas de solucionar o problema da comunicação de pensamentos *de se* e, no final, apresenta uma conclusão negativa: nenhuma delas seria completamente satisfatória.

De certa maneira, Dirk Kindermann tem uma opinião exatamente contrária a de Pagin. O volume termina com seu “Varieties of Centering and *De Se* Communication”, no qual Kindermann argumenta em favor de um tipo de neutralidade com relação aos tipos de teoria que propõem uma explicação da comunicação de pensamentos *de se*. Kindermann analisa diferentes propostas de centralização que ocorreriam na comunicação dos pensamentos *de se* e que serviriam para explicá-la. Pode-se escolher “descentralizar” os conteúdos das crenças, propondo que o conteúdo comunicado é simples e não centralizado; pode-se defender que o que acontece é uma “recentralização” do conteúdo, na qual o ouvinte entende um conteúdo centralizado e o recentraliza no falante; pode-se defender que o conteúdo comunicado é “multicentralizado”

– a propriedade de um grupo de indivíduos; e pode-se defender que não há centralização. Para o autor, todas essas propostas cobrem exatamente o mesmo tipo de dado empírico e, ao explicá-lo, todas têm um mérito igual em matéria de simplicidade. Deste ponto de vista, para ele a escolha por uma delas normalmente se dá de acordo com preferências teóricas anteriores a própria questão da comunicação dos pensamentos de se.

Como ficou claro, o livro conta com muito mais contribuições em sua segunda parte, sobre a comunicação dos pensamentos *de se*. Ainda assim, os textos dessa parte do volume não deixam de tocar em questões básicas concernentes a caracterização dos pensamentos em primeira pessoa. Na verdade, não poderia ser de outra forma: como vimos o problema da comunicação dos pensamentos *de se* só pode ser formulado tendo em vista certas pressuposições sobre o que caracteriza esse tipo de pensamento. Mas para, além disso, a maior parte dos autores deste volume parece ter uma tendência a propor que olhemos para os mecanismos de inter subjetividade dos pensamentos *de se* se quisermos descobrir o que eles têm de realmente especial. Como defende Aidan McGlynn, a imunidade ao erro por má-identificação, por exemplo, não parece ser uma propriedade distintiva dos pensamentos em primeira pessoa, já que também a encontramos em outros tipos de pensamento. Por outro lado, a evidência de que esse os pensamentos *de se* não se encaixam nos modelos tradicionais de comunicação parece ser tratada como o grande problema imposto por eles.

O volume como um todo tem o mérito de trazer ao leitor anglófono interessado o estado da arte da pesquisa sobre pensamentos *de se* em filosofia. Lemos os grandes especialistas discutir entre si. Assim, ele é indispensável para o estudante especializado. Para os que acreditam que o fenômeno da indexicalidade é filosoficamente interessante e que os pensamentos *de se* realmente apresentam características especiais, o livro de García-Carpintero e Torre pode servir também como uma arma contra o tipo de ceticismo com relação ao *de se* e a indexicalidade que é promulgado por autores como Cappelen e Dever. Se a quantidade de questões principais que são abordadas não parece tão extensa (já que o volume gira em torno dos dois grandes temas indicados acima, principalmente em torno da comunicação dos pensamentos em primeira pessoa), isso é um simples reflexo do viés da maioria das investigações mais atuais. Sem esgotar absolutamente todas as possibilidades abertas pelo tópico em questão, os artigos reunidos por García-Carpintero e Torre são profundos o bastante para tocar em um número de questões prementes acerca dos pensamentos *de se* que é maior do que seus títulos sugerem.